

**EMENDA Nº - CM**  
(à MPV nº 759, de 2016)

O Art. 11, da Lei nº 11.952, de 2009, com a redação dada pelo Art. 4º da Medida Provisória nº 759, de 2016, passa a vigorar acrescido de Parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. 11.....

Parágrafo único. O registro decorrente da alienação ou concessão de direito real de uso de que trata este artigo será realizado de ofício pelo Registro de Imóveis competente, independentemente de custas e emolumentos.”

**JUSTIFICATIVA**

Esta Emenda visa restabelecer a gratuidade do direito decorrente da alienação ou concessão de direito real de uso dos lotes, conforme garantido na Lei e suprimido pela MPV.

Sala da Comissão,

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN  
PCdoB/AM

